**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O reconhecimento público da eficiência e da importância da TRENSURB para a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA foi comprovado, mais uma vez, em 2023. Os usuários da empresa aprovaram os serviços oferecidos declarando uma satisfação geral de 85%, indicador aferido através de pesquisa concluída no mês de dezembro. Por outro lado, diversas lideranças políticas e comunitárias de cidades que atualmente não são atendidas pelos serviços da TRENSURB, iniciaram mobilizações no sentido de buscar a expansão do sistema metroferroviário para suas comunidades, como foi o caso de Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, Sapiranga, Campo Bom e Viamão, prova real do desejo dessas populações também poderem, em breve, vir a desfrutar de um serviço de transporte qualificado, seguro, rápido e que contribui com a sustentabilidade ambiental ao utilizar energia renovável.

Para manter e melhorar seus resultados e sua imagem institucional junto aos 31,6 milhões de usuários transportados em 2023, bem como junto à população gaúcha, a TRENSURB implementou um conjunto de ações visando esse objetivo.

No campo operacional, destacamos: i) implementação de melhorias tecnológicas na bilhetagem eletrônica, que facilitaram a aquisição e o acesso ao sistema pelos passageiros; o aumento na oferta de trens em horários de incremento de demanda, visando um maior conforto aos usuários; ii) aplicação de recursos na recuperação dos sistemas de via permanente, sinalização e rede elétrica de tração, com o fim de assegurar um funcionamento confiável e seguro; iii) revitalização de passarelas de pedestres que atravessam a via férrea, e que não recebiam qualquer manutenção desde a implantação do sistema há quase 40 anos; iv) conclusão dos estudos sobre os sistemas de energia que, em breve, com a migração para o mercado livre de contratação, deverá resultar em uma economia financeira significativa nos custos de energia de tração dos trens.

No âmbito institucional, a TRENSURB iniciou tratativas com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul (IFSul) visando a cedência de parte de terreno de sua propriedade, junto à Estação Santo Afonso, em Novo Hamburgo, para a implantação de um campus daquela instituição, o que qualificará o entorno urbano da área, agregará novos usuários ao sistema e permitirá um aumento da receita não tarifária com a exploração dos espaços comerciais que a empresa ainda seguirá dispondo, e a empresa participou de diversos fóruns políticos e técnicos (municipais e do Governo do Estado), para debater a qualificação da mobilidade urbana em sua área de influência, oferecendo seu conhecimento através de acervo material e humano.

Na esfera social, a TRENSURB, em parceria com o SENAI, ofereceu seu programa de aprendizagem profissional, o Estação Educar, que atendeu, neste ano, 40 jovens de famílias de baixa renda, selecionados através de processo público e também prestou apoio às políticas públicas consolidadas de economia solidária de comunidades lindeiras ao sistema.

Finalmente, no plano interno, foi estabelecida uma relação franca e objetiva com os trabalhadores e trabalhadoras da TRENSURB. Foram firmados acordos coletivos de trabalho por dois anos com todos os sindicatos, recompondo-se o poder de compra dos salários. Foi também implantado o Núcleo de Apoio à Diversidade, com o fim de estimular a consolidação, na empresa, de um ambiente livre de qualquer tipo de discriminação ou assédio, que fomente e valorize o respeito e a igualdade.

Portanto, se os resultados de 2023 demonstram os avanços na qualificação do serviço oferecido à população, muitos outros desafios, no entanto ainda estão colocados. A certeza é de que é possível fazer ainda mais, não só para manter o reconhecimento já alcançado, mas também para se alcançar um processo de qualificação permanente em respeito e atenção a todas as mulheres e homens que utilizam os serviços da TRENSURB.

*Fernando Stephan Marroni*

Diretor-Presidente

**PERFIL DA EMPRESA**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB, é uma empresa pública ligada ao Ministério das Cidades do Governo Federal, cujos principais acionistas são a União (99,9144%), o Estado do Rio Grande do Sul (0,0662%) e o município de Porto Alegre (0,0194%). Criada em 1980, pelo Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980, sua missão inicial foi implantar e operar uma linha de trens urbanos no Eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre, iniciando sua operação comercial em 1985, conectando Porto Alegre a Sapucaia do Sul.

Este capítulo destaca a trajetória da empresa, seu papel fundamental na mobilidade da Região Metropolitana de Porto Alegre e os desafios e inovações que moldaram sua jornada.

Desde sua inauguração comercial em 1985, a TRENSURB passou por significativas fases de expansão. Em dezembro de 1997, celebramos a inauguração da Estação Unisinos, situada na cidade de São Leopoldo, em novembro de 2000, ampliamos nossa presença nesse município ao inaugurar a Estação São Leopoldo. Posteriormente, em julho de 2012, ampliamos ainda mais nossas operações ao inaugurar as estações Rio dos Sinos e Santo Afonso, esta última localizada no município vizinho de Novo Hamburgo.

Iniciando sua operação com a frota de 25 TUEs intitulados Série 100, em 2012 adquiriu 15 novos TUEs, Série 200, que marcou uma etapa crucial de modernização, elevando os padrões de eficiência e conforto. Estes trens representam não apenas um avanço tecnológico, mas também um compromisso com a sustentabilidade, evidenciado pelo menor gasto energético e pelos recursos inovadores incorporados.

Como pioneiros da inovação tecnológica na mobilidade urbana, a TRENSURB introduziu, em 2012, o sistema Aeromóvel, um transporte automatizado em via elevada. Esse projeto, desenvolvido com tecnologia nacional, não apenas conecta nossa linha metroferroviária ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, mas também demonstra nossa busca incessante por soluções inovadoras e sustentáveis.

A conclusão do mais recente projeto de expansão ocorreu em maio de 2014, registrando um marco significativo para empresa e para sociedade. Nessa fase, iniciamos a operação comercial de três novas estações no município de Novo Hamburgo: Estação Industrial, Fenac e Novo Hamburgo. Esse esforço de expansão não apenas fortaleceu nossa presença na região, mas também demonstrou nosso compromisso contínuo em atender às crescentes necessidades de mobilidade da comunidade.

Por sua condição de empresa pública, a TRENSURB está submetida as regras da Lei n° 13.303, de 30 de junho de 2016, bem como, as mudanças que no decorrer de 2019, afetaram a sua autonomia na gestão. O Decreto n° 9.998, de 3 de setembro de 2019, qualificou a TRENSURB no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República – PPI e a incluiu no Programa Nacional de Desestatização – PND. Simultaneamente, o Decreto n° 10.006 de 5 de setembro de 2019, alterou a subordinação administrativa ao Ministério da Economia, embora sem prejuízo aos demais atos de gestão ainda vinculados ao extinto Ministério do Desenvolvimento Regional, atualmente incorporadas ao Ministério das Cidades.

Assim, a TRENSURB, diante dessas mudanças regulatórias e estruturais, enfrenta o desafio contínuo de adaptar-se a novos contextos institucionais, buscando sempre manter sua missão de oferecer um serviço eficiente e sustentável à comunidade.

A TRENSURB reconhece a importância da comunicação aberta e transparente. No seu site institucional, disponibiliza informações relevantes e atende aos requisitos de transparência. Além disso, mantém diversos canais de comunicação para interagir com seus usuários e partes interessadas, promovendo a proximidade e o entendimento mútuo.

A estrutura administrativa da TRENSURB está disponível no sítio da empresa, no link: <https://trensurb.gov.br/estrutura-administrativa/estrutura-administrativa>

**IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

A sustentabilidade ambiental e o direito a mobilidade são os principais ideais da estratégia para o ciclo 2024-2028 da TRENSURB, sendo parte essencial da missão, visão e diretrizes estratégicas da empresa, além do fator impulsionador da atividade principal da empresa que é a efetividade operacional para mantermos a excelência do serviço público prestado.

Compõe os elementos da identidade organizacional a declaração da missão, visão e valores da empresa. Esse conjunto é a síntese das premissas que expressam a razão de ser da empresa, conjunto de crenças e princípios, e a situação de futuro almejada, de forma explícita.

Missão:

**“PROMOVER A MOBILIDADE URBANA COM EXCELÊNCIA E DE FORMA SUSTENTÁVEL”.**

Visão:

**“EMPRESA ESTATAL REFERÊNCIA EM TRANSPORTE PÚBLICO RÁPIDO E ACESSÍVEL, CONTRIBUINDO PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS”.**

|  |  |
| --- | --- |
|  | COMPROMETIMENTO: Desempenhamos com excelência o serviço público, proporcionamos bem-estar aos nossos clientes e empregados e fortalecemos relações institucionais. |
|  | EMPATIA: Construímos relações saudáveis e resolvemos conflitos de forma pacífica, criando um ambiente justo. |
|  | PERTENCIMENTO: Criamos conexões e proporcionamos a ampla participação valorizando as realizações pessoais e colaborativas. |
|  | RESPEITO: Reconhecemos e consideramos as necessidades, opiniões, direitos e dignidade de todas as pessoas. |
|  | INCLUSÃO E DIVERSIDADE: Reconhecemos a singularidade de cada pessoa, aceitamos e celebramos a diversidade de experiências, perspectivas e culturas. |

As diretrizes estratégicas são grandes vetores da estratégia da TRENSURB e guiam as decisões e ações da empresa para o alcance da visão de longo prazo, sendo elas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | EMPRESA VERDE - Adotar práticas e políticas sustentáveis que minimizem o impacto ambiental das operações da empresa, buscando soluções que promovam a sustentabilidade em todas as suas dimensões no negócio, realizando a gestão eficiente dos recursos públicos. | |
|  | | DIREITO A MOBILIDADE – Proporcionar as pessoas o tratamento justo e equitativo dos direitos e oportunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento social e econômico. | |

|  |  |
| --- | --- |
|  | EFETIVIDADE OPERACIONAL – Garantir que o transporte de pessoas seja realizado de forma rápida, segura e com qualidade, utilizando desta capacidade para contribuir com a ampliação do sistema de mobilidade integrado, eficiente e que atenda às necessidades de deslocamento das pessoas. |

O Planejamento Estratégico, na íntegra, pode ser acessado por meio do sítio eletrônico da TRENSURB: <https://trensurb.gov.br/governanca-corporativa/planejamento-estrategico>

**INTERESSE PÚBLICO**

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Brasileira e seu estatuto social, a TRENSURB tem como objetivo primordial a mobilidade urbana na região metropolitana em que atua. Nesse contexto, é crucial destacar que, diferentemente das sociedades privadas que operam no mesmo mercado e que detém flexibilidade para exercício de outras atividades, a TRENSURB não desempenha obrigações ou responsabilidades diversas daquelas constantes de sua lei de criação e Estatuto Social.

Nesse sentido a empresa, com autonomia, define suas políticas e estratégias alinhadas com as demandas especificas da comunidade local e com os interesses de mobilidade urbana da região

É importante ressaltar que a TRENSURB tem realizado investimentos buscando a manutenção de sua infraestrutura, bem como a melhoria dos serviços oferecidos à população. Os investimentos, ainda que em baixo volume, são fundamentais para garantir a eficiência e a qualidade do sistema metroferroviário, contribuindo para uma mobilidade mais sustentável, segura e acessível para os cidadãos da região.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a assunção de custos operacionais por parte da empresa pública ocorre em condições distintas daquelas enfrentadas por sociedades privadas. Mas a necessidade de subsídio para garantir a viabilidade econômica dos serviços prestados, a implementação de políticas tarifárias diferenciadas para promover a equidade no acesso ao transporte público bem como cumprir cláusulas contratuais também é realidade em sistemas operados por empresas privadas. O subsídio público em sistemas concedidos para a iniciativa privada, pelos governos estaduais ou municipais, está cada vez mais presente no transporte público coletivo, seja sob trilhos ou naquele operado por ônibus.

A modicidade tarifária aliada a estratégias de subsídios e políticas tarifárias diferenciadas desempenha um papel crucial nesse contexto, permitindo o acesso aos serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo em que viabiliza a operação sustentável das empresas públicas.

Neste contexto é relevante observar que o menor custo por passageiros transportados que a TRENSURB já teve foi em 2019, de RS 5,81, onde o subsídio do governo federal garantia a modicidade. Condição que permanece com maior aporte haja vista a drástica redução de passageiros transportados com advento da pandemia de COVID, que resulta hoje no custo de passageiros de RS 9,80, devida a lenta recuperação do patamar possível de passageiros transportados, fato que reforça a importância do apoio do governo federal para garantir a acessibilidade e sustentabilidade econômica, social e ambiental gerada por este meio de mobilidade urbana.

Em suma, a TRENSURB tem desempenhado um papel fundamental na promoção da mobilidade urbana na região metropolitana de Porto Alegre, atuando para atender às necessidades indispensáveis de transporte e realizando investimentos estratégicos para garantir a eficiência e a qualidade de seus serviços.

**PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS**

O Orçamento anual da TRENSURB é definido em Lei Orçamentária Anual – LOA e a gestão orçamentária é um desafio constante para a empresa, em virtude de os limites aprovados na lei estarem aquém das necessidades da empresa. Assim, para atingir seus objetivos e cumprir sua missão, a empresa necessita do aporte de recursos do Governo Federal, devido às receitas próprias, oriundas da prestação de serviços de transporte e outras receitas não operacionais, não cobrirem na totalidade as suas despesas de funcionamento.

A Lei Orçamentária Anual estima os valores para receitas e fixa as despesas, apresentando o montante de recursos para custeio e para investimentos. O montante para custeio deve suportar compromissos existentes, enquanto o valor destinado para investimento objetiva inovações e/ou ampliação da vida útil dos equipamentos.

Na LOA aprovada de 2023, (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), estabeleceu à TRENSURB recursos orçamentários para custeio de R$ 105.222.605 (cento e cinco milhões, duzentos e vinte e dois mil e seiscentos e cinco reais), sendo R$ 88.000.000 (oitenta e oito milhões de reais) da dotação inicial acrescido de R$ 17.520.000 (dezessete milhões e quinhentos e vinte mil reais) de suplementação realizada pelo Governo Federal. Os recursos orçamentários para investimentos se mantiveram no patamar nos dois últimos exercícios, em R$ 2 milhões, contudo, em dezembro de 2023, o montante de R$ 1.599.465 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais) foi bloqueado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, impedindo a empresa de executá-los.

Com isso, as principais ações e projetos executados e/ou concluídas no ano de 2023, estão listados a seguir:

* Pesquisa de Satisfação – visando delinear o perfil dos clientes e identificar o grau de satisfação em relação ao serviço prestado, realizada em novembro de 2023, com uma amostra de 2.390 usuários. O perfil de usuários mais frequentes são mulheres (56,4%), com idade entre 20 e 39 anos (54%), solteiros(as) (66,8%), com ensino médio completo (41,4%), renda individual entre R$ 2.641 (dois mil e seiscentos e quarenta e um reais) e R$ 6.600 (seis mil e seiscentos reais (95%) e, principalmente, empregados da iniciativa privada (48,6%). O índice geral de satisfação foi de 85%, superior em 1,8 pontos percentuais ao índice de 2022, sendo os quesitos de iluminação dos trens (92,3%), seguido da limpeza e a conservação dos trens (84,8%), atendimento dos funcionários da bilheteria (80,7%), limpeza e conservação de estações (79,4%) e atendimento dos funcionários na catraca (77,6%) os melhores avaliados. Entre os temas abordados, aqueles com menor grau de satisfação foram a mendicância, comércio irregular e apresentações não autorizadas (28,5%), a lotação dos trens (30,6%), os elevadores (36,4%) e as escadas rolantes (39,4%). Além de conhecer os hábitos dos usuários a pesquisa permite identificar oportunidades de melhoria, além de constituir-se também em ferramenta de gestão que possibilita a mensuração das opiniões dos usuários, o conhecimento de suas principais necessidades e seu perfil socioeconômico, auxiliando na tomada de decisões dos gestores da empresa. A pesquisa, na íntegra, pode ser acessado por meio do sítio eletrônico da TRENSURB: <https://trensurb.gov.br/acesso-a-informacao/satisfacao-do-usuario>;
* Modernização do sistema de Bilhetagem Eletrônica – no mês de outubro, a TRENSURB concluiu a implantação do pagamento de passagens do metrô por meio de Pix nas bilheterias de todas as estações. A nova funcionalidade pode ser utilizada para a compra de passagens unitárias e também de créditos para os cartões SIM Passagem Antecipada e SIM Múltiplo, sem qualquer taxa adicional. O pagamento é feito pelo usuário a partir da leitura de um QR code impresso na hora;
* Nova tabela horária – buscando adequar a oferta de trens ao movimento mais intenso das manhãs de sábado, desde agosto, a TRENSURB tem uma nova tabela horária neste dia, reduzindo intervalos entre viagens de 15 para 12 minutos, desde a abertura do sistema até o início da tarde, ou seja, de 4 para 5 viagens por hora, o que significa um incremento de 25% da oferta de serviço nesse período;
* Revitalização de escadaria de acesso à Estação Sapucaia – atendendo a demanda da comunidade, a TRENSURB executou, no final de julho, um projeto de revitalização da escadaria de acesso à Estação Sapucaia. O serviço foi realizado como parte do contrato de manutenção predial vigente da empresa;
* Serviços de Engenharia para revitalização das Obras de Arte Especiais (Passarela Vila Pedreira e Passarela Arroio Esteio), localizadas no município de Esteio – a contratação tem como objeto a revitalização das obras de arte especiais realizadas pela TRENSURB no Município de Esteio na década de 80, destinadas a adequação e melhoria do sistema viário de entorno da linha ferroviária, que constituem equipamentos ou mobiliários urbanos de uso público, a exemplo de viadutos, passarelas, pistas de rolamento e passeios. Estes equipamentos, com mais 35 anos de utilização, necessitam intervenções a fim de estender sua vida útil e recuperar eventuais patologias que surgiram durante estes anos;
* Estudos e ações referentes aos sistemas de energia – em 2023, foram iniciadas ações ligadas aos sistemas de energia da empresa, buscando principalmente a redução de custos com esse insumo. O trabalho tem como foco quatro eixos principais: i) autogeração de energia elétrica: avaliação inicial das alternativas existentes e sua viabilidade; ii­) migração para o mercado livre de energia: viabilizar a migração da TRENSURB da atual condição de consumidor cativo para consumidor livre de energia, o que pode gerar economia de até 30% nas despesas com energia elétrica; iii) geração de energia em instalações próprias: estudos preliminares de projetos de energia fotovoltaica em áreas e instalações da empresa, buscando produzir energia limpa e renovável, além da redução de custos e iv) mercado de carbono: estudos para habilitar a TRENSURB para a venda de créditos de carbono, articulando políticas sociais e um inventário das emissões da empresa a fim de confirmar sua situação superavitária em relação aos créditos de carbono;
* Programa Estação Educar – por meio do programa de aprendizagem profissional, promovido em parceria com o Senai-RS, a TRENSURB oferece anualmente 40 vagas a jovens de famílias de baixa renda para o curso de assistente administrativo no turno inverso ao da escola. O programa tem como objetivo desenvolver no Jovem Aprendiz as competências necessárias para a sua inserção no mercado de trabalho. O convênio entre TRENSURB e Senai-RS no formato do curso Assistente Administrativo existe desde 2009, e já formou 550 aprendizes.

**DESEMPENHO OPERACIONAL 2023**

O desempenho da TRENSURB é medido por indicadores de desempenho, que permitem acompanhar, avaliar, decidir, interferir ou mudar o rumo dos processos de trabalho, visando atingir os objetivos estratégicos. A seguir são demonstrados os resultados dos principais indicadores.

Quadro 1 – Principais indicadores

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INDICADOR | 2022 | 2023 |
| Passageiros transportados | 31.998.763 | 31.651.041 |
| Média de passageiros dia útil | 107.742 | 107.857 |
| Taxa de Cobertura Operacional | 48,78% | 48,74% |
| Taxa de Cobertura Própria | 38,03% | 38,17% |
| Taxa de Cobertura Ambiental | 64,50% | 65,95% |
| Índice de regularidade | 99,36% | 99,73% |
| Avaliação de imagem TRENSURB | 89,91% | 91,83% |

Fonte: Gerência de Governança e Gestão Estratégica

Em 2023, a TRENSURB transportou 31,6 milhões de passageiros, representando redução de -1,09%, o qual demonstra que o comportamento da demanda de passageiros se manteve em relação ao ano de 2022. Da mesma forma, a receita de transportes, principal fonte de recursos da Empresa, teve redução de -2,91% no mesmo período.

A Média Dia Útil – MDU de passageiros transportados também registrou em 2023, a média de 107.857 passageiros/dia útil e, em 2022, de 107.742, representando aumento de 0,11%, índice considerado estável em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Taxa de Cobertura Operacional - TCO, principal índice de gestão da empresa, informa o resultado da cobertura econômica da TRENSURB com receitas próprias frente às suas despesas de funcionamento. A TCO alcançou 48,74% em 2023. Este valor permanece praticamente estável em relação à taxa de 2022, que foi de 48,78%. No entanto, é importante observar que o resultado ficou abaixo da meta estabelecida para 2023, que era de 50,3%. A análise revela que a queda na arrecadação da receita de transportes e o aumento nas despesas de funcionamento foram os principais fatores que influenciaram negativamente o desempenho da TCO no ano corrente.

A Taxa de Cobertura Própria - TCP atingiu 38,17% em 2023, demonstrando uma queda em comparação à meta fixada de 42,2% de cobertura. Importante destacar que na análise da TCP, são incorporadas as despesas relacionadas ao passivo trabalhista, depreciação, despesas financeiras e provisão do Imposto de Renda. Esses elementos, por sua vez, não são contemplados na Taxa de Cobertura Operacional (TCO). Essa diferenciação na abordagem reflete uma visão abrangente da capacidade da empresa de cobrir suas despesas, contribuindo para uma análise aprimorada do desempenho global da TRENSURB.

A Taxa de Cobertura Ambiental – TCA leva em consideração os valores de receita e despesas totais utilizados na TCP, e somam-se as receitas o valor obtido com as externalidades levantadas pela utilização do sistema de trens para transporte de passageiros, evitando os custos ambientais e sociais de emissão de poluentes, com acidentes e com a economia com o tempo de viagem. Em 2023, obteve-se a cobertura ambiental de 65,95%.

O índice de regularidade mede a efetividade da operação com o cálculo da diferença entre as viagens realizadas e as programadas, refletindo assim a confiabilidade do serviço prestado. Obtivemos no ano de 2023, a média de 99,73% de regularidade, sendo que ano foram realizadas 65.804 viagens, das 65.977 viagens programadas. As reduções mais significativas no índice foram registradas nos meses de fevereiro, com 31 viagens perdidas, sendo que destas, 20 foram devido a problemas de sinalização (máquina de chave sem correspondência) e novembro, com 43 viagens perdidas, sendo 28 delas decorrentes de alagamento na via em função das fortes chuvas em Porto Alegre.

A imagem institucional é representada pelo conjunto de ações que a empresa realiza e demonstra e que serão valorizadas pela sociedade. Para que ela seja consolidada, o público deve perceber qual o comportamento da empresa perante todas as situações enfrentadas, sendo elas boas e oportunas ou críticas e desfavoráveis. Nesse sentido, ações voltadas ao público interno e externo são fundamentais na promoção da imagem da empresa. Em 2023, ocorreram 7.466 citações à empresa nos principais veículos de comunicação do estado e do país, sendo 6.740 positivas e 726 negativas, índice médio de 91% de notícias positivas. Os temas divulgados pela TRENSURB que mais resultaram em citações à empresa nos veículos de comunicação ao longo do ano referem-se a alterações operacionais no metrô, campanha de arrecadação de donativos para vítimas de enchentes e atividades de conscientização sobre questões de saúde nas estações.

**POTENCIALIDADES E DESAFIOS**

Diante da necessidade permanente de modernização do Sistema Metroferroviário da Região Metropolitana de Porto Alegre, a TRENSURB informou ao Governo Federal a necessidade de investimentos para o ciclo do Plano Plurianual – PPA 2024-2027. Os projetos compreendem a modernização dos sistemas operacionais de bilhetagem, sinalização, reforma de ativos da via permanente e da rede aérea, reforma e ampliação das edificações e adequações à acessibilidade universal, além da geração de energia fotovoltaica e da atualização tecnológica para garantir a segurança da informação da TRENSURB. Tais medidas irão proporcionar um serviço de maior qualidade, conforto e segurança aos nossos clientes.

O Planejamento Estratégico aprovado para o Ciclo 2024**-**2028, estruturou o monitoramento das práticas de planejamento e gestão estratégica alinhadas com as prioridades e diretrizes do Governo Federal. O compromisso da gestão é avançar com a sustentabilidade econômico-financeira, equilibrando a relação das receitas próprias com as despesas de funcionamento e na busca permanente pela excelência na prestação do serviço com foco na satisfação e segurança dos nossos clientes primando pelo aspecto ambiental e o caráter social.

Além de ser agente ativo da política pública de mobilidade e contribuir para o desenvolvimento urbano orientado para o transporte coletivo com larga capacidade de expansão do sistema, quer seja na RMPA ou, ainda, intercidades no Estado, a TRENSUB vislumbra oportunidades ao pensar na mobilidade urbana, sendo um vetor de seu desenvolvimento.

Adicionalmente, a gestão dos ativos imobiliários segue mostrando-se como uma alternativa para o aumento de receita própria, contribuindo para diminuir os subsídios atualmente recebidos pelo Governo Federal.

Além disso, o mercado de carbono, destacado como uma oportunidade na análise SWOT da TRENSURB para o próximo ciclo do planejamento estratégico, torna-se um ponto focal para o desenvolvimento de estudos.

Por fim, acreditamos que aprimorar a governança, modernizar a gestão pública, desburocratizar os processos e implementar ações simplificadas permanecerão no foco da atuação da TRENSURB na execução de suas políticas públicas e gestão e em alinhamento com as diretrizes do Governo Federal.

Porto Alegre, 2024.

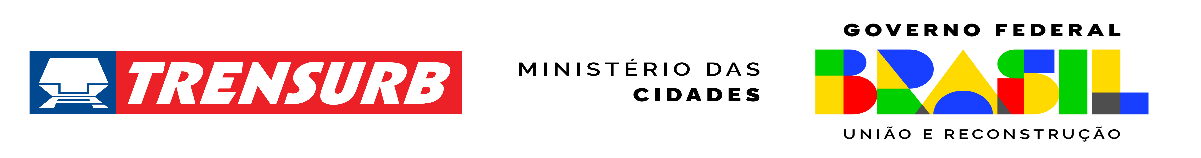
A Administração.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | | |  | |  |  | | |  | |  | | |  |  |  | | |  |  | | |  |  | |
|  |  | | |  | |  |  | | |  | |  | | |  |  |  | | |  |  | | |  |  | |
|  |  | | |  | |  |  | | |  | |  | | |  |  |  | | |  |  | | |  |  | |
|  |  | | |  | |  |  | | |  | |  | | |  |  |  | | |  |  | | |  |  | |
|  | **BALANÇOS PATRIMONIAIS** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | **(Valores expressos em Reais)** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | **ATIVO** | | | | | | | | | |  | |  | **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | | | | | | |
|  |  |  |  | |  | | |  |  | |  | |  |  | | | |  |  | | |  |  | | |
|  |  | **NOTA** |  | | **2023** | | |  | **2022** | |  | |  |  | | | | **NOTA** | **2023** | | |  | **2022** | | |
|  |  |  |  | |  | | |  |  | |  | |  |  | | | |  |  | | |  |  | | |
|  | **ATIVO CIRCULANTE** |  |  | |  | | |  |  | |  | |  | **PASSIVO CIRCULANTE** | | | |  |  | | |  |  | | |
|  | Caixa e equivalentes de caixa | 4 |  | | 131.421.171 | | |  | 126.442.520 | |  | |  | Fornecedores | | | | 16 | 9.604.926 | | |  | 6.478.284 | | |
|  | Créditos a receber | 5 |  | | 2.697.539 | | |  | 2.171.925 | |  | |  | Impostos e taxas a recolher | | | | 17 | 4.829.016 | | |  | 268.456 | | |
|  | Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto | 6 |  | | 7.917.789 | | |  | 5.275.003 | |  | |  | Contribuições sociais a recolher | | | |  | 3.715.478 | | |  | 3.723.113 | | |
|  | Adiantamento de férias e débitos de empregados | 7 |  | | 2.846.821 | | |  | 2.963.351 | |  | |  | Obrigações trabalhistas | | | | 18 | 22.483.118 | | |  | 18.565.127 | | |
|  | Direitos a receber | 8 |  | | 157.979 | | |  | 169.706 | |  | |  | Adiantamento de clientes | | | | 19 | 2.826.557 | | |  | 1.801.390 | | |
|  | Impostos a recuperar | 9 |  | | 1.609.751 | | |  | 2.876 | |  | |  | Credores por convênios | | | | 20 | 780.656 | | |  | 725.690 | | |
|  | Estoques | 10 |  | | 19.947.574 | | |  | 16.378.099 | |  | |  | Credores por depósitos | | | |  | 67.339 | | |  | 65.855 | | |
|  | Despesas do exercício seguinte | 11 |  | | 248.476 | | |  | 190.857 | |  | |  | Plano de Previdência - Equacionamento | | | | 28c | 760.142 | | |  | 477.513 | | |
|  |  |  |  | | **166.847.099** | | |  | **153.594.337** | |  | |  |  | | | |  | **45.067.233** | | |  | **32.105.427** | | |
|  |  |  |  | |  | | |  |  | |  | |  |  | | | |  |  | | |  |  | | |
|  |  |  |  | |  | | |  |  | |  | |  |  | | | |  |  | | |  |  | | |
|  | **ATIVO NÃO CIRCULANTE** |  |  | |  | | |  |  | |  | |  | **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | |  |  | | |  |  | | |
|  | Realizável a longo prazo |  |  | |  | | |  |  | |  | |  | Provisão IR/CS diferido | | | | 14c | 14.342.981 | | |  | 15.098.207 | | |
|  | Aplicação em títulos e valores mobiliários |  |  | | - | | |  | 675 | |  | |  | Plano de Previdência - Equacionamento | | | | 28c | 3.303.831 | | |  | 3.824.191 | | |
|  | Débitos de empregados | 7 |  | | 67.815 | | |  | 148.349 | |  | |  | Provisão para contingências trabalhistas | | | | 21a | 103.480.268 | | |  | 96.547.870 | | |
|  | Depósitos judiciais e Garantias a Juízo | 12 |  | | 51.918.408 | | |  | 54.935.082 | |  | |  | Provisão para contingências cíveis | | | | 21b | 7.077.897 | | |  | 21.471.164 | | |
|  | Penhora s/ receita própria | 13 |  | | - | | |  | 846.407 | |  | |  |  | | | |  | **128.204.977** | | |  | **136.941.432** | | |
|  |  |  |  | | **51.986.222** | | |  | **55.930.513** | |  | |  |  | | | |  |  | | |  |  | | |
|  |  |  |  | |  | | |  |  | |  | |  |  | | | |  |  | | |  |  | | |
|  | Investimentos em participações societárias |  |  | | - | | |  | 22.696 | |  | |  |  | | | |  |  | | |  |  | | |
|  | Imobilizado | 14 |  | | 1.156.211.511 | | |  | 1.204.391.322 | |  | |  | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | 22 |  | | |  |  | | |
|  | Intangível | 15 |  | | 1.865.501 | | |  | 2.232.493 | |  | |  | Capital social | | | | 22a | 2.059.666.941 | | |  | 2.059.666.941 | | |
|  |  |  |  | | **1.158.077.011** | | |  | **1.206.646.510** | |  | |  | Adiantamentos para futuro aumento de capital | | | | 23a | 24.059.724 | | |  | 23.459.815 | | |
|  |  |  |  | |  | | |  |  | |  | |  | Ajuste avaliação patrimonial | | | | 14c | 26.731.400 | | |  | 29.308.056 | | |
|  |  |  |  | | **1.210.063.233** | | |  | **1.262.577.023** | |  | |  | Prejuízos acumulados | | | |  | (906.819.944) | | |  | (865.310.312) | | |
|  |  |  |  | |  | | |  |  | |  | |  |  | | | |  | **1.203.638.123** | | |  | **1.247.124.502** | | |
|  |  |  |  | |  | | |  |  | |  | |  |  | | | |  |  | | |  |  | | |
|  | **TOTAL DO ATIVO** |  |  | | **1.376.910.333** | | |  | **1.416.171.361** | |  | |  | **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | |  | **1.376.910.333** | | |  | **1.416.171.361** | | |
|  |  | | |  | |  |  | | |  | |  | | |  |  |  | | |  |  | | |  |  | |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

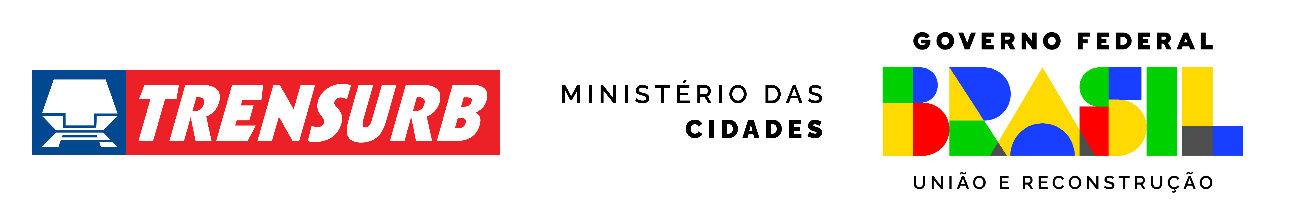
|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | |  | |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCICIO** | | | | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** | | | | | |
| **(Valores expressos em Reais 1)** | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **NOTAS** |  | **2023** |  | **2022** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **RECEITA LÍQUIDA** | 24 |  | **130.884.455** |  | **133.725.802** |
| Custo dos serviços prestados | 25 |  | (270.528.455) |  | (273.247.997) |
|  |  |  |  |  |  |
| **PREJUIZO BRUTO** |  |  | **(139.644.000)** |  | **(139.522.195)** |
| **Despesas operacionais** |  |  |  |  |  |
| **Despesas gerais e administrativas** | 26 |  | **(89.617.010)** |  | **(89.410.051)** |
| **Outras receitas e despesas** |  |  | **(33.483.413)** |  | **(35.034.137)** |
| Condenações Trabalhistas e Cíveis |  |  | (4.326.120) |  | (13.381.611) |
| Provisão/ Reversão ações trabalhistas | 21a |  | (22.297.641) |  | (15.225.684) |
| Provisão/ Reversão ações cíveis | 21b |  | (8.601.490) |  | (7.283.474) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas |  |  | 1.741.838 |  | 856.632 |
|  |  |  | **(123.100.423)** |  | **(124.444.188)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **PREJUIZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO** |  |  | **(262.744.423)** |  | **(263.966.383)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **RESULTADO FINANCEIRO, LIQUIDO** |  |  | **18.015.631** |  | **16.781.762** |
|  |  |  |  |  |  |
| Receitas financeiras | 4 |  | 18.084.604 |  | 16.843.884 |
| Despesas financeiras |  |  | (68.973) |  | (62.122) |
|  |  |  |  |  |  |
| **SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL** | 23b |  | **199.887.278** |  | **181.518.351** |
|  |  |  |  |  |  |
| **RESULTADO OPERACIONAL** |  |  | **(44.841.514)** |  | **(65.666.269)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA   E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** |  |  | **(44.841.514)** |  | **(65.666.269)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** |  |  | **-** |  | **-** |
|  |  |  |  |  |  |
| **PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** |  |  | **(44.841.514)** |  | **(65.666.269)** |
|  |  |  |  |  |  |
| Resultado por ação do capital social |  |  | **(0,0047)** |  | **(0,0069)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | | | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | |  | |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE** | | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** | | | |
| **(Valores expressos em Reais 1)** | | | |
|  | **2023** |  | **2022** |
|  |  |  |  |
| **PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **(44.841.514)** |  | **(65.666.269)** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Outros resultados abrangentes | - |  | - |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO** | **(44.841.514)** |  | **(65.666.269)** |
|  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | |
| |  | | --- | |  | |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | |
| **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **(Valores expressos em Reais 1)** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  |  |  | **CAPITAL SOCIAL** |  | **ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL** | | |  | **AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL** | | |  | **PREJUÍZOS ACUMULADOS** | | |  | **TOTAL** | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **NOTA** |  |  |  |  |  |
| **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 REAPRESENTADO** |  |  | **2.014.563.144** |  | **78.116.397** | | |  | **31.507.097** | | |  | **(824.328.974)** | | |  | **1.299.857.666** | | |
|  |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital |  |  |  |  | 11.800.265 | | |  | - | | |  | - | | |  | **11.800.265** | | |
| Incorporação de Capital Social |  |  | 45.103.798 |  | (45.103.798) | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
| Ajuste de Exercícios Anteriores |  |  |  |  | (21.353.049) | | |  | **-** | | |  | 21.353.049 | | |  | **-** | | |
|  |  |  |  |  | - | | |  | - | | |  |  | | |  | - | | |
| Total do resultado abrangente |  |  | **-** |  | **-** | | |  | **(2.199.042)** | | |  | **(62.334.387)** | | |  | **(64.533.429)** | | |
|  |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
| Prejuízo líquido do exercício |  |  | - |  | - | | |  | - | | |  | (65.666.269) | | |  | (65.666.269) | | |
|  |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
| Ajuste avaliação patrimonial |  |  | **-** |  | **-** | | |  | **(2.199.042)** | | |  | **3.331.882** | | |  | **1.132.840** | | |
| Realização da reserva do custo atribuído | 14b |  | - |  | - | | |  | (3.331.882) | | |  | 3.331.882 | | |  | - | | |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | 14b |  | - |  | - | | |  | 1.132.840 | | |  | - | | |  | 1.132.840 | | |
|  |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
| **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022** |  |  | **2.059.666.942** |  | **23.459.815** | | |  | **29.308.056** | | |  | **(865.310.312)** | | |  | **1.247.124.502** | | |
|  |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
|  |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital |  |  |  |  | 599.909 | | |  | - | | |  | - | | |  | **599.909** | | |
| Incorporação de Capital Social |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
| Ajuste de Exercícios Anteriores |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
|  |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
| Total do resultado abrangente |  |  | **-** |  | **-** | | |  | **(2.576.656)** | | |  | **(41.509.632)** | | |  | **(44.086.287)** | | |
| Prejuízo líquido do exercício |  |  | - |  | - | | |  | - | | |  | (44.841.514) | | |  | **(44.841.514)** | | |
|  |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
| Ajuste avaliação patrimonial |  |  | **-** |  | **-** | | |  | **(2.576.656)** | | |  | **3.331.882** | | |  | **755.226** | | |
| Realização da reserva do custo atribuído | 14b |  | - |  | - | | |  | (3.331.882) | | |  | 3.331.882 | | |  | - | | |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | 14b |  | - |  | - | | |  | 755.226 | | |  | - | | |  | 755.226 | | |
|  |  |  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |
| **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023** |  |  | **2.059.666.942** |  | **24.059.724** | | |  | **26.731.401** | | |  | **(906.819.943)** | | |  | **1.203.638.123** | | |
|  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | |
|  |  |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | | |  |  | |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | |  | | | |  | |  |  | | |  |  | | | |  |  | |
|  | | |  | |  |  | | |  |  | | | |  |  | |
| **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **(Valores expressos em Reais 1)** | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | | |  | |  |  | | |  |  | | | |  |  | |
|  | | |  | |  |  | | |  |  | | | |  |  | |
|  | **NOTA** |  | | **2023** | | |  | **2022** | | |  |  |
|  |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
| **PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** |  |  | | **(44.841.514)** | | |  | **(65.666.269)** | | |  |  |
| **AJUSTADO POR:** |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
| Depreciação e Amortização |  |  | | 50.594.328 | | |  | 51.062.954 | | |  |  |
| Baixa de bens do ativo imobilizado |  |  | | 467 | | |  | 141.135,54 | | |  |  |
| Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis |  |  | | 30.899.131 | | |  | 22.509.158 | | |  |  |
|  |  |  | | **36.652.412** | | |  | **8.046.978** | | |  |  |
| **(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS** |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
| Créditos a receber |  |  | | (525.614) | | |  | 1.135.575 | | |  |  |
| Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento |  |  | | (2.642.786) | | |  | (809.158) | | |  |  |
| Estoques |  |  | | (3.569.475) | | |  | 1.085.828 | | |  |  |
| Impostos a recuperar |  |  | | (1.606.875) | | |  | (1.782) | | |  |  |
| Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais |  |  | | 3.863.081 | | |  | (241.244) | | |  |  |
| Outros ativos circulantes e não circulantes |  |  | | 174.544 | | |  | 244.927 | | |  |  |
|  |  |  | | **(4.307.125)** | | |  | **1.414.146** | | |  |  |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS** |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
| Fornecedores |  |  | | 3.126.642 | | |  | (12.107.885) | | |  |  |
| Impostos e taxas a recolher |  |  | | 4.553.456 | | |  | (2.888) | | |  |  |
| Contribuições sociais a recolher |  |  | | (530) | | |  | 210.951 | | |  |  |
| Obrigações trabalhistas, férias e encargos |  |  | | 3.917.991 | | |  | 1.823.111 | | |  |  |
| Contingências trabalhistas e cíveis pagas |  |  | | (38.360.000) | | |  | (16.370.531) | | |  |  |
| Credores por convênios e depósitos |  |  | | 1.081.617 | | |  | 379.131 | | |  |  |
| Plano de Previdência - Equacionamento |  |  | | (237.730) | | |  | 1.230.830 | | |  |  |
|  |  |  | | **(25.918.553)** | | |  | **(24.837.281)** | | |  |  |
|  |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais** |  |  | | **6.426.734** | | |  | **(15.376.158)** | | |  |  |
|  |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
|  |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
| Aquisições de ativo imobilizado e intangível | **14/15** |  | | (2.047.992) | | |  | (6.554.293) | | |  |  |
| **Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos** |  |  | | **(2.047.992)** | | |  | **(6.554.293)** | | |  |  |
|  |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
|  |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
| Recursos recebidos para aumento de capital | **22a** |  | | 599.909 | | |  | 9.662.847 | | |  |  |
| **Líquido Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento** |  |  | | **599.909** | | |  | **9.662.847** | | |  |  |
|  |  |  | |  | | |  |  | | |  |  |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **4** |  | | **4.978.651** | | |  | **(12.267.605)** | | |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício |  |  | | 126.442.520 | | |  | 138.710.125 | | |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício |  |  | | 131.421.171 | | |  | 126.442.520 | | |  |  |
|  | | |  | |  |  | | |  |  | | | |  |  | |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | | | | | | | | | | | | | |



|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | |  | | |  | |  | | |  | | | |  |  |  |  |
|  | |  | |  | | |  | | | |  |  |  |  |
| **DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO** | | | | | | | | | | | | | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** | | | | | | | | | | | | | | |
| **(Valores expressos em Reais 1)** | | | | | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | | | |
|  |  |  | **2023** | |  | **2022** | |  |  |
|  |  |  |  | |  |  | |  |  |
| Receita de prestação de serviços |  |  | 127.491.385 | |  | 131.318.324 | |  |  |
| Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões |  |  | 3.738.921 | |  | 2.652.869 | |  |  |
| Outras receitas e despesas líquidas |  |  | 1.741.838 | |  | 7.387.735 | |  |  |
| Provisões trabalhistas e cíveis |  |  | (30.899.131) | |  | (22.509.158) | |  |  |
|  |  |  | **102.073.013** | |  | **118.849.770** | |  |  |
| **INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** |  |  |  | |  |  | |  |  |
| Materiais consumidos |  |  | (7.823.284) | |  | (10.867.598) | |  |  |
| Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais |  |  | (103.653.446) | |  | (116.566.270) | |  |  |
| Ganho / (Perda) na realização de ativos |  |  | 34.610 | |  | (28.446) | |  |  |
|  |  |  | **(111.442.120)** | |  | **(127.462.314)** | |  |  |
|  |  |  |  | |  |  | |  |  |
| Depreciação e amortização |  |  | (50.594.328) | |  | (51.062.954) | |  |  |
|  |  |  |  | |  |  | |  |  |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE** |  |  | **(59.963.436)** | |  | **(59.675.497)** | |  |  |
|  |  |  |  | |  |  | |  |  |
| **VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** |  |  |  | |  |  | |  |  |
| Receitas de Subvenções |  |  | 199.887.278 | |  | 181.518.351 | |  |  |
| Receitas financeiras |  |  | 18.084.604 | |  | 16.843.884 | |  |  |
|  |  |  | **217.971.882** | |  | **198.362.236** | |  |  |
|  |  |  |  | |  |  | |  |  |
| **VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR** |  |  | **158.008.446** | |  | **138.686.739** | |  |  |
|  |  |  |  | |  |  | |  |  |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** |  |  | **158.008.446** | |  | **138.686.739** | |  |  |
|  |  |  |  | |  |  | |  |  |
| **Pessoal e encargos** |  |  |  | |  |  | |  |  |
| Remuneração direta |  |  | 142.817.644 | |  | 145.981.881 | |  |  |
| Benefícios |  |  | 28.637.025 | |  | 27.368.140 | |  |  |
| FGTS |  |  | 10.742.069 | |  | 10.824.391 | |  |  |
|  |  |  | **182.196.738** | |  | **184.174.412** | |  |  |
| **Impostos, taxas e contribuições** |  |  |  | |  |  | |  |  |
| Federais |  |  | 18.352.899 | |  | 17.747.614 | |  |  |
| Estaduais |  |  | 27.987 | |  | 29.250 | |  |  |
| Municipais |  |  | 139.576 | |  | 77.392 | |  |  |
|  |  |  | **18.520.462** | |  | **17.854.257** | |  |  |
| **Remuneração de capitais de terceiros** |  |  |  | |  |  | |  |  |
| Juros |  |  | 75.703 | |  | 62.122 | |  |  |
| Aluguéis |  |  | 2.057.057 | |  | 2.262.217 | |  |  |
|  |  |  | **2.132.760** | |  | **2.324.339** | |  |  |
| **Juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital** |  |  | **-** | |  | **-** | |  |  |
| **Resultado retido** |  |  | **(44.841.514)** | |  | **(65.666.269)** | |  |  |
|  | |  | |  | | |  | | | |  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | | | | | | | | | | | | |

**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma.)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB (“Companhia”) é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;

b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Brasileira e seu estatuto social, a TRENSURB tem como objetivo primordial a mobilidade urbana na região metropolitana em que atua. Nesse contexto, é crucial destacar que, diferentemente das sociedades privadas que operam no mesmo mercado e que detém flexibilidade para exercício de outras atividades, a TRENSURB não desempenha obrigações ou responsabilidades diversas daquelas constantes de sua lei de criação e Estatuto Social.

Nesse sentido a empresa, com autonomia, define suas políticas e estratégias alinhadas com as demandas especificas da comunidade local e com os interesses de mobilidade urbana da região

É importante ressaltar que a TRENSURB tem realizado investimentos buscando a manutenção de sua infraestrutura, bem como a melhoria dos serviços oferecidos à população. Os investimentos, ainda que em baixo volume, são fundamentais para garantir a eficiência e a qualidade do sistema metroferroviário, contribuindo para uma mobilidade mais sustentável, segura e acessível para os cidadãos da região.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a assunção de custos operacionais por parte da empresa pública ocorre em condições distintas daquelas enfrentadas por sociedades privadas. Mas a necessidade de subsídio para garantir a viabilidade econômica dos serviços prestados, a implementação de políticas tarifárias diferenciadas para promover a equidade no acesso ao transporte público bem como cumprir cláusulas contratuais também é realidade em sistemas operados por empresas privadas. O subsídio público em sistemas concedidos para a iniciativa privada, pelos governos estaduais ou municipais, está cada vez mais presente no transporte público coletivo, seja sob trilhos ou naquele operado por ônibus.

A modicidade tarifária aliada a estratégias de subsídios e políticas tarifárias diferenciadas desempenha um papel crucial nesse contexto, permitindo o acesso aos serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo em que viabiliza a operação sustentável das empresas públicas.

Neste contexto é relevante observar que o menor custo por passageiros transportados que a TRENSURB já teve foi em 2019, de RS 5,81, onde o subsídio do governo federal garantia a modicidade. Condição que permanece com maior aporte haja vista a drástica redução de passageiros transportados com advento da pandemia de COVID, que resulta hoje no custo de passageiros de RS 9,80, devida a lenta recuperação do patamar possível de passageiros transportados, fato que reforça a importância do apoio do governo federal para garantir a acessibilidade e sustentabilidade econômica, social e ambiental gerada por este meio de mobilidade urbana.

Em suma, a TRENSURB tem desempenhado um papel fundamental na promoção da mobilidade urbana na região metropolitana de Porto Alegre, atuando para atender às necessidades indispensáveis de transporte e realizando investimentos estratégicos para garantir a eficiência e a qualidade de seus serviços.

1. **BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** 
   1. **Declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Leis nos 11.638/07 e 6.404/76), pronunciamentos, que são transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, através das resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade- CFC, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

* 1. **Base de preparação**

Estas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras em 15 de Março de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

1. **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

O resumo das principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras está descrito a seguir:

1. **Moeda funcional e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda local e funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

1. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Realização de créditos a receber (Nota 5), Realização de direitos a receber (Nota 8); Realização dos estoques (Nota 10), Vida útil e *Impairment* do ativo imobilizado (Nota 14), Vida útil dos ativos intangíveis (Nota 15), Provisão para contingências (Nota 21), Imposto de renda e contribuição social (Nota 27), Déficit atuarial (Nota 28) e Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

1. ***Impairment* de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

1. **NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros**

**Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

(a) mensuradas ao custo amortizado;

(b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e

(c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros.

**Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

**Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 6) e Direitos a receber (Nota 8).

**Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 16), Adiantamento de clientes (Nota 19), Credores por convênios (Nota 20) e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 23.a).

**Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com atividade de hedge.

***Impairment* de ativos financeiros**

A NBC TG 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo, não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1. **Caixa e equivalentes de caixa**

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

1. **Estoques**

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável e /ou por obsolecência, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

1. **Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

1. **Intangível**

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

1. **Provisão para contingências**

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

1. **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

1. **Reconhecimento de receitas**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

1. As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
2. As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
3. As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.
4. **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto diferido também é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**Impostos correntes**

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

**Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

1. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| Caixa |  | 23.350 |  | 22.100 |
| Valores em trânsito |  | 759.671 |  | 912.963 |
| Aplicações de liquidez imediata |  | 130.638.150 |  | 125.507.457 |
|  |  | **131.421.171** |  | **126.442.520** |

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação foi de R$ 15.697.914 (R$ 14.935.965 em 2022).

1. **CRÉDITOS A RECEBER**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  |  | **2022** |
| Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica | | 777.376 |  |  | 570.926 |
| Aluguéis, Arrendamentos, Concessões | | 2.155.252 |  |  | 1.907.306 |  |
| (-)Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa |  | (235.089) |  |  | (306.307) |
|  |  | **2.697.539** |  |  | **2.171.925** |

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa conforme a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| Saldo Inicial Exercício | (306.307) |
| (+) Provisão |  |
| (-) Reversão | 71.218 |
| (-) Recebimento | - |
| **Saldo Final Exercício** | **(235.089)** |

1. **SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

1. **ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** | | |  | **2022** | | | | |
|  |  | **Circulante** |  | **Não Circulante** |  | | **Circulante** |  | **Não Circulante** |
| Adiantamento de férias |  | 2.671.410 |  | - |  | | 2.767.538 |  | - |
| Adiantamento por insuf. de saldo **(a)** |  | 118.296 |  | - |  | | 105.764 |  | - |
| Plano de Saúde **(b)** |  | 44.294 |  | 67.815 |  | | 79.975 |  | 148.349 |
| Débitos de empregados |  | 12.821 |  | - |  | | 10.074 |  | - |
|  |  | **2.846.821** |  | **67.815** |  | | **2.963.351** |  | **148.349** |

# a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No exercício de 2023 a provisão é no montante de R$ 52.272 (R$ 67.490 em 31/12/2022).

# b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R$ 60.075 (R$ 8.250 em 31/12/2022), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

1. **DIREITOS A RECEBER**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| Convênio Pessoal Cedido |  | 4.339 |  | 17.480 |
| Depósitos/Cauções/Outros devedores |  | 28.517 |  | 27.103 |
| Devedores Infração Legal e Contratual |  | 125.123 |  | 125.123 |
|  |  | **157.979** |  | **169.706** |

O valor de R$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal n° 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

1. **IMPOSTOS A RECUPERAR**

Compreende os valores pagos a título de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro, calculados na modalidade do Lucro Real Anual a serem compensados, demonstrados a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| **IRPJ** |  | 1.071.444 |  | - |
| **CSLL** |  | 397.417 |  | - |
| **ISS** |  | 585 |  | 1.782 |
| **IRRF** |  | 140.305 |  | 1.094 |
|  |  | **1.609.751** |  | **2.876** |

1. **ESTOQUES**

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs, a variação ocorrida em relação ao exercício anterior deve-se, principalmente, a aquisição de rodas para manutenção dos Trens no exercício de 2023.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| Material de TUES e Veículos |  | 12.231.099 |  | 9.533.719 |
| Material da Via Permanente |  | 1.413.928 |  | 2.298.131 |
| Sistemas operacionais |  | 5.586.885 |  | 4.627.899 |
| Peças e Acessórios de Equipamentos | | 97.645 |  | 71.805 |
| Materiais de expediente e administrativos | | 631.905 |  | 711.464 |
| Provisão de perda (a) |  | (13.888) |  | (864.919) |
|  |  | **19.947.574** |  | **16.378.099** |

1. As perdas estimadas para o exercício de 2023 são referentes ao inventário anual de estoques conforme processo administrativo SEI 2574/223-16.
2. **DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE**

Compreende despesas pagas, cujos benefícios ultrapassam um exercício, sendo essas transferidas para o resultado conforme o transcurso dos períodos de competência da despesa. Os saldos a apropriar por competência são:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| Assinaturas e Periódicos |  | 10.592 |  | 9.257 |
| Manutenção de Sist.Proc. Dados |  | 33.445 |  | 13.732 |
| Seguros |  | 204.439 |  | 167.868 |
|  |  | **248.476** |  | **190.857** |

1. **DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO**

Corresponde à valores depositados em juízo para fazer frente às demandas de processos judicias cíveis e trabalhistas.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| Depósitos Judiciais Civeis |  | 1.636 |  | 2.542 |
| Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias |  | 51.823.972 |  | 54.727.308 |
| Processos Judiciais - Recursos Próprios |  | 92.800 |  | 205.232 |
|  |  | **51.918.408** |  | **54.935.082** |

1. **PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA**

A Penhora Sobre Receita Própria corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. No exercício de 2022 havia R$ 846.407 penhorados, liberados durante o exercício de 2023.

1. **IMOBILIZADO**

1. **Composição do saldo**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Vida** |  |  |  | **2023** |  |  |  | **2022** |
|  |  | **útil**  **(anos)** |  | **Custo**  **Corrigido** |  | **Depreciação**  **Acumulada** |  | **Valor líquido** |  | **Valor líquido** |
| Terrenos |  | - |  | 45.909.816 |  | - |  | 45.909.816 |  | 45.909.816 |
| Edificações, estações e depósitos |  | 25,00 |  | 268.683.296 |  | (89.505.579) |  | 179.177.716 |  | 180.526.264 |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) |  | 33,33 |  | 168.736.742 |  | (81.711.796) |  | 87.024.945 |  | 88.669.384 |
| Via permanente |  | 33,33 |  | 604.946.676 |  | (166.931.303) |  | 438.015.373 |  | 450.282.060 |
| Sistemas operacionais |  | 11,11 |  | 328.579.446 |  | (182.695.190) |  | 145.884.256 |  | 158.989.064 |
| Veículos ferroviários/aeromóvel |  | 20,00 |  | 370.627.647 |  | (156.170.523) |  | 214.457.124 |  | 223.273.595 |
| Veículos rodoviários |  | 3,03 |  | 1.678.988 |  | (1.080.115) |  | 598.873 |  | 722.742 |
| Equip. proc. de dados |  | 4,55 |  | 7.278.507 |  | (5.663.461) |  | 1.615.046 |  | 2.294.253 |
| Equip., máquinas e instrumentos |  | 7,69 |  | 62.680.923 |  | (54.229.390) |  | 8.451.534 |  | 9.696.093 |
| Instalações |  | 9,09 |  | 30.326.497 |  | (17.089.860) |  | 13.236.637 |  | 15.420.524 |
| Móveis e utensílios |  | 10,00 |  | 10.751.519 |  | (8.455.819) |  | 2.295.700 |  | 2.706.154 |
| Benfeitorias em bens de terceiros |  | 5,88 |  | 14.085.626 |  | (10.736.469) |  | 3.349.156 |  | 3.629.259 |
| Imobilizado em curso |  | - |  | 8.206.662 |  | - |  | 8.206.662 |  | 14.250.730 |
| Almoxarifado de bens imobilizados |  | - |  | 7.988.673 |  | - |  | 7.988.673 |  | 8.021.385 |
|  |  |  |  | **1.930.481.016** |  | **(774.269.505)** |  | **1.156.211.511** |  | **1.204.391.322** |

1. **Movimentação do Imobilizado**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Custo** | **2022** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2023** |
|  |  |  |  |  |  |
| Terrenos | 45.909.816 | - | - | - | 45.909.816 |
| Edificações, estações e depósitos | 264.341.656 | - | - | 4.341.640 | 268.683.296 |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | 167.034.314 | - | - | 1.702.428 | 168.736.742 |
| Via permanente | 604.946.676 | - | - | - | 604.946.676 |
| Sistemas operacionais | 327.882.838 | - 696.608 | - | - | 328.579.446 |
| Veículos ferroviários/aeromóvel | 370.594.935 | - | - | 32.712 | 370.627.647 |
| Veículos rodoviários | 1.678.988 | - | - | - | 1.678.988 |
| Equip. processamento de dados | 7.337.094 | 10.785 | (69.372) | - | 7.278.507 |
| Equipamentos, máquinas e instrumentos | 61.548.215 | 1.133.294 | (586) | - | 62.680.923 |
| Instalações | 30.323.496 | 3.000 | - | 305.833 | 30.326.497 |
| Móveis e utensílios | 10.547.215 | 204.304 | - | 28.830 | 10.751.519 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 14.085.626 | - | - | - | 14.085.626 |
| Imobilizado em curso | 14.250.730 | - | - | (6.044.068) | 8.206.662 |
| Almoxarifado de bens imobilizados | 8.021.385 | - | - | (32.712) | 7.988.673 |
| **TOTAL CUSTO IMOBILIZADO** | **1.928.502.982** | **2.047.992** | **(69.958)** | **-** | **1.930.481.016** |
|  |  |  |  |  |  |
| **Depreciação acumulada** | **2022** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2023** |
|  |  |  |  |  |  |
| Edificações, estações e depósitos | (83.815.391) | (5.690.188) | - | - | (89.505.579) |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | (78.364.930) | (3.346.866) | - | - | (81.711.796) |
| Via permanente | (154.664.616) | (12.266.687) | - | - | (166.931.303) |
| Sistemas operacionais | (168.893.774) | (13.801.416) | - | - | (182.695.190) |
| Veículos ferroviários/aeromóvel | (147.321.340) | (8.849.182) | - | - | (156.170.523) |
| Veículos rodoviários | (956.246) | (123.870) | - | - | (1.080.115) |
| Equip. processamento de dados | (5.042.840) | (689.992) | 69.372 | - | (5.663.461) |
| Equipamentos, máquinas e instrumentos | (51.852.122) | (2.377.854) | 586 | - | (54.229.390) |
| Instalações | (14.902.973) | (2.186.888) | - | - | (17.089.860) |
| Móveis e utensílios | (7.841.061) | (614.758) | - | - | (8.455.819) |
| Benfeitorias em bens de terceiros | (10.456.367) | (280.102) | - | - | (10.736.469) |
| **TOTAL DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA** | **(724.111.661)** | **(50.227.803)** | **69.958** | **-** | **(774.269.505)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL DO IMOBILIZADO** | **1.204.391.322** | **(48.179.811)** | **-** | **-** | **1.156.211.511** |
|  |  |  |  |  |  |

**c)** A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R$ 95.584.173 no ativo imobilizado e de R$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2023 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R$ 3.331.882 referente a depreciação e no valor de R$ 755.226 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R$ 26.731.400 (R$ 29.308.056 em 2022) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R$ 14.342.981 (R$ 15.098.207 em 2022).

**d**) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 01 de março de 2024, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“*Impairment”).*

|  |  |
| --- | --- |
|  | **2023** |
| Ativos Imobilizados | 1.156.211.511 |
| Ativos Intangíveis | 1.865.501 |
| **Total dos Ativos Componentes da UGC** | **1.158.077.012** |
|  |  |
| **Valor Justo** (\*) | **1.631.387.802** |
|  |  |
| Redução ao Valor recuperável | - |

**(\*)** O Conjunto de bens avaliados a valor justo é compostos por todos os bens móveis e imóveis que compõe a UGC.

**e)** O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R$ 194.697.914 em 2023 (R$ 236.096.722 em 2022).

1. **INTANGÍVEL**
2. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.
3. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.
4. Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.
5. Composição do saldo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Vida** |  |  |  | **2023** |  |  |  | **2022** |
|  |  | **útil** |  | **Custo** |  | **Amortização** |  | **Valor** |  | **Valor** |
| **Contas** |  | **(anos)** |  | **Corrigido** |  | **Acumulada** |  | **líquido** |  | **líquido** |
| Direito de uso de imóveis |  | Indefinida |  | 1.374.204 |  | - |  | 1.374.204 |  | 1.374.204 |
| Direito de uso de telefones |  | indefinida |  | 1.596 |  | - |  | 1.596 |  | 1.596 |
| Marcas e patentes |  | 10 |  | 4.872 |  | (4.872) |  | - |  | - |
| Softwares |  | 5 |  | 12.463.949 |  | (11.974.248) |  | 489.701 |  | 856.693 |
| Outros dispêndios de informática |  | 10 |  | 26.000 |  | (26.000) |  | - |  | - |
|  |  |  |  | **13.870.621** |  | **(12.005.120)** |  | **1.865.501** |  | **2.232.493** |

1. Movimentação do Intangível

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Custo** | **2022** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2023** |
| Direito de uso de imóveis | 1.374.204 | - | - | - | 1.374.204 |
| Direito de uso de telefones | 1.596 | - | - | - | 1.596 |
| Marcas e Patentes | 4.872 | - | - | - | 4.872 |
| Softwares | 13.107.233 | - | (643.284) | - | 12.463.949 |
| Outros dispêndios de informática | 26.000 | - | - | - | 26.000 |
| **TOTAL CUSTO INTANGÍVEL** | **14.513.905** | **-** | **(643.284)** | **-** | **13.870.621** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Amortização Acumulada** | **2022** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2023** |
| Marcas e Patentes | (4.872) | - | - | - | (4.872) |
| Softwares | (12.250.540) | (366.526) | 642.817 | - | (12.250.540) |
| Outros dispêndios de informática | (26.000) | - | - | - | (26.000) |
| **TOTAL DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA** | **(12.281.412)** | **(366.526)** | **642.817** | **-** | **(12.005.120)** |
| **TOTAL DO INTANGÍVEL** | **2.232.493** | **(366.526)** | **467** | **-** | **1.865.501** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |

1. **FORNECEDORES**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Fornecedores Nacionais** |  | **2023** |  | **2022** |
|  |  |  |  |  |
| Aquisições Trens |  | - |  | 14.360 |
| Obras em andamento |  | - |  | 286.996 |
| Prestação de serviços |  | 3.089.378 |  | 209.996 |
| Energia Elétrica |  | 2.380.006 |  | 2.283.599 |
| Gastos gerais |  | 4.135.542 |  | 3.683.333 |
|  |  | **9.604.926** |  | **6.478.284** |

A variação ocorrida no período deve-se, principalmente, a antecipação de pagamentos ocorridas no exercício de 2022.

1. **IMPOSTOS E TAXAS RECOLHER**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| IRRF s/ salários a recolher (a) |  | 4.502.144 |  | 494 |
| ICMS a recolher |  | 49.463 |  | 3.999 |
| ISS a recolher |  | 277.410 |  | 263.963 |
|  |  | **4.829.016** |  | **268.456** |

1. A variação ocorrida deve-se, principalmente, a alteração do fato gerador do IRRF, que passou a ser declarado via E-social no exercício de 2023, e teve sua data de recolhimento postergada.
2. **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2023** |  |  | **2022** |
|  | **Circulante** |  |  | **Circulante** |
| Férias e Encargos | 14.445.646 |  |  | 13.958.333 |
| Promoção por antiguidade a pagar (a) | 8.027.367 |  |  | 4.517.858 |
| Outras Obrigações Trabalhistas | 10.105 |  |  | 88.936 |
|  | **22.483.118** |  |  | **18.565.127** |

1. A variação ocorrida na rubrica de promoção por antiguidade, deve-se a inclusão dos valores de antiguidade do exercício de 2023.
2. **ADIANTAMENTO DE CLIENTES**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| Credores p/ Venda Créditos (a) |  | 1.638.467 |  | 1.440.424 |
| Adiantamento ATP/ATM (b) |  | 1.185.657 |  | 343.818 |
| Adiantamento Clientes Comerciais |  | 2.433 |  | 17.148 |
|  |  | **2.826.557** |  | **1.801.390** |

a) Refere-se a valores recebidos pela venda de créditos do cartão SIM pela TRENSURB para fazer frente às utilizações dos usuários deste cartão.

b) Refere-se a valores recebidos da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP) e da Associação dos Transportadores Intermunicipais Metropolitanos de Passageiros (ATM), para fazer frente ao pagamento das utilizações de usuários dos cartões TRI , TEU e SIM (VT/Passe Antecipado).

1. **CREDORES POR CONVÊNIO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| Convênios SESI/SENAI |  | 140.046 |  | 105.131 |
| Assistência Saúde (a) |  | 638.550 |  | 618.499 |
| Credores Diversos |  | 2.060 |  | 2.060 |
|  |  | **780.656** |  | **725.690** |

1. Compreende o valor da administração e prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar prestados pela operadora do convênio, no que tange apenas a despesa da Trensurb.
2. **PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**
3. A classificação de risco para fins de contingenciamento estabelecido pela companhia tem como referência principal os seguintes critérios:
4. Provável - Processos em fase de execução e processos com decisões de procedência total ou parcial dos pedidos, ainda que não tenha transitado em julgado;
5. Possível - Processos em fase de instrução processual, em que não há sentença proferida;
6. Remoto - Processos em execução ainda ativos, mas que já foram pagos, e processos ainda sem trânsito em julgado mas que a última decisão seja de improcedência dos pedidos;

# a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R$ 103.480.268 (R$ 96.547.870 em 2022).

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
|  |  | **Não**  **Circulante** |  | **Não**  **Circulante** |
| Saldo no início do exercício |  | 96.547.870 |  | 94.686.124 |
| ( +) Provisão |  | 22.297.641 |  | 17.984.420 |
| ( - ) Reversão |  | - |  | (2.758.736) |
| ( - ) Pagamentos |  | (15.365.243) |  | (13.363.938) |
| Saldo no final do exercício |  | **103.480.268** |  | **96.547.870** |

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia e advogados externos, é considerada possível compõe-se de R$ 18.439.415 (R$ 15.214.402 em 2022).

# b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2023 e 2022 está composta como segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
|  |  | **Não**  **Circulante** |  | **Não**  **Circulante** |
| Saldo no início do exercício |  | 21.471.164 |  | 17.194.283 |
| ( +) Provisões |  | 12.306.153 |  | 7.283.474 |
| ( - ) Reversões |  | (3.704.663) |  | - |
| ( - ) Pagamentos |  | (22.994.757) |  | (3.006.593) |
| Saldo Final Exercício |  | **7.077.897** |  | **21.471.164** |

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível é de R$ 51.318.364 (R$ 25.106.878 em 2022).

1. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O capital social de R$ 2.059.666.941 está representado por 9.883.218.182 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição Acionária** |  |  | **2023** | | |  | **2022** | | |
| **Acionista** |  |  | **Quantidade** |  | **%** |  | **Quantidade** |  | **%** |
| União Federal |  |  | 9.874.758.896 |  | 99,9144 |  | 9.874.758.896 |  | 99,9144 |
| Estado do Rio Grande do Sul |  |  | 6.543.949 |  | 0,0662 |  | 6.543.949 |  | 0,0662 |
| Município de Porto Alegre |  |  | 1.915.337 |  | 0,0194 |  | 1.915.337 |  | 0,0194 |
| **Total** |  |  | **9.883.218.182** |  | **100,0000** |  | **9.883.218.182** |  | **100,0000** |

1. **RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL**

1. **Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

O montante total de adiantamento para aumento de capital é de R$ 24.059.724, classificados no Patrimônio Líquido.

**b) Subvenção para Custeio**

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são utilizadas para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido em 2023 foi de R$ 199.887.278 (R$ 181.518.351 em 2022) composto a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Subvenção** |  | **2023** |  | **2022** |
| Pessoal |  | 110.134.541 |  | 107.490.720 |
| Sentença |  | 38.511.645 |  | 28.960.920 |
| Custeio |  | 51.241.092 |  | 45.066.711 |
|  |  | **199.887.278** |  | **181.518.351** |

**c) Lei Orçamentária Anual - LOA**

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, porém, não foi aprovado até o encerramento do exercício. O montante fixado para a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2024, conforme a PLOA, é de R$ 369.490.102. Deste valor, R$ 160.788.632 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R$ 208.701.470 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **PLOA/2024** |  | **Recursos Próprios Fonte 1050** |  | **Recursos Subvenção Fonte 1000** |
| Pessoal | 194.849.655 |  | 10.788.634 |  | 184.061.021 |
| Sentença | 24.640.449 |  | - |  | 24.640.449 |
| Custeio | 129.999.998 |  | 129.999.998 |  | - |
| Investimento | 20.000.000 |  | 20.000.000 |  | - |
|  | **369.490.102** |  | **160.788.632** |  | **208.701.470** |

1. **RECEITA LÍQUIDA**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| **RECEITA BRUTA** |  |  |  |  |
| Serviço de transporte metroviário |  | 127.491.385 |  | 131.318.324 |
| Aluguéis, arrendamentos e concessões |  | 3.738.921 |  | 2.652.869 |
|  |  | **131.230.306** |  | **133.971.193** |
| Tributos sobre a receita bruta |  | (345.851) |  | (245.391) |
|  |  | **(345.851)** |  | **(245.391)** |
| **RECEITA LÍQUIDA** |  | **130.884.455** |  | **133.725.802** |

1. **CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Correspondem aos custos diretamente vinvulados a operação e manutenção dos trens, demonstrados de acordo com a sua natureza, a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| Pessoal e Encargos |  | 132.676.658 |  | 135.493.513 |
| Serviços de Terceiros |  | 52.645.400 |  | 47.082.078 |
| Consumo de Materiais |  | 5.183.196 |  | 7.373.228 |
| Energia de Tração |  | 25.184.520 |  | 26.230.231 |
| Serviços de Utilidade Pública |  | 6.034.501 |  | 7.968.836 |
| Depreciação |  | 48.718.744 |  | 48.972.486 |
| Outros Custos |  | 85.436 |  | 127.625 |
|  |  | **270.528.455** |  | **273.247.997** |

1. **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

Correspondem as despesas vinculadas às atividades administrativas, demonstradas de acordo com a sua natureza, a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| Pessoal e Encargos |  | 67.139.761 |  | 67.114.641 |
| Serviços de Terceiros |  | 11.863.467 |  | 10.268.323 |
| Consumo de Materiais |  | 2.640.088 |  | 3.494.370 |
| Serviços de Utilidade Pública |  | 1.061.005 |  | 1.655.776 |
| Depreciação/ Amortização |  | 1.875.584 |  | 2.090.467 |
| Outras Despesas |  | 5.037.104 |  | 4.786.474 |
|  |  | **89.617.010** |  | **89.410.051** |

1. **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Imposto de Renda** | |  | **Contribuição Social** | |
|  | **2023** | **2022** |  | **2023** | **2022** |
| **Resultado antes do IRPJ e da CSLL** | **(44.841.514)** | **(65.666.269)** |  | **(44.841.514)** | **(65.666.269)** |
|  |  |  |  |  |  |
| Adições / (Exclusões) permanentes | 4.562.666 | 4.500.508 |  | 4.562.666 | 4.500.508 |
| Adições / (Exclusões) temporárias | (8.141.773) | (5.416.858) |  | (8.141.773) | (5.416.858) |
| **Lucro Real** | **(48.420.620)** | **(66.582.618)** |  | **(48.420.620)** | **(66.582.618)** |
|  |  |  |  |  |  |
| (-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa 30% | **-** | **-** |  | **-** | **-** |
|  |  |  |  |  |  |
| Alíquota - 9% | **-** | **-** |  | **-** | - |
| Alíquota - 10% | - | - |  | - | - |
| Alíquota - 15% | - | - |  | - | - |
| **Total Imposto** | **-** | **-** |  | **-** | **-** |
|  |  |  |  |  |  |
| (-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador | - | - |  | - | - |
| (-) Doações e incentivos | - | - |  | - | - |
| (-) Imposto Retido | - | - |  | - | - |
| **Total da despesa de IRPJ e CSLL** | **-** | **-** |  | **-** | **-** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Valor do imposto pago no ano calendário | 1.071.442 | - |  | 397.417 | - |

1. **PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS**
2. **Descrição Geral do Plano**

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas financeiras que possui sua manutenção pelo saldo de conta acumulado em nome do participante.  
  
A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, publicado no Diário Oficial da União nº 212 de 06/11/2020, seção 1, página 41, o plano, no parágrafo anterior na modalidade vitalícia, no entanto, vale ressaltar que na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, mitiga possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal,  invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

1. **Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Premissas Atuariais** | **2023** | **2022** |
| Taxa de Juros Atuarial | 4,10% a.a. | 4,10% a.a. |
| Taxa de Crescimento Salarial | Não Aplicável | Não Aplicável |
| Taxa de Rotatividade | Não Aplicável | Não Aplicável |
| Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano | INPC (IBGE) | INPC (IBGE) |
| Tábua de Mortalidade Válidos | AT - 2000 M e F | AT - 2000 M e F |
| Tábua de Mortalidade Inválidos | EX - IAPC | EX - IAPC |
| Tábua de Entrada em invalidez | Não Aplicável | Não Aplicável |

1. **Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ativos Líquidos** | **2023** | **2022** |
| Patrimônio - **P** | 93.361.860 | 87.314.914 |
| **Provisões Matemáticas - Passivos Atuariais (Valor Presente)** | **93.658.677** | **94.438.325** |
| **Benefícios Concedidos - A** | 38.151.671 | 38.607.118 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)** | 1.932.990 | 2.046.629 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)** | 36.218.681 | 36.560.489 |
| Benefícios a Conceder – **B** | 63.629.678 | 57.290.180 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)** | 63.629.678 | 57.290.180 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)** | - | - |
| Déficit Contratado - **C**= C1 + C2 + C3 | (8.122.672) | (1.458.973) |
| Patrocinadora - C1 | (3.103.945) | - |
| Participante - C2 | - | - |
| Assistidos - C3 | (5.018.727) | (1.458.973) |
| Total das Provisões - **D** = A + B + C | 93.658.676 | 94.438.325 |
|  |  |  |
| **Fundos – E** | 2.903.807 | 2.556.531 |
| **Superávit/Déficit Atuarial - F = P - D** | (296.816) | (7.123.411) |
| **Valor do Ajuste de Precificação = G** | - | - |
| **Equilíbrio Técnico Ajustado - H** = F + G | **(296.816)** | **(7.123.411)** |

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 13,37% no ano, isso corresponde a 168% da meta atuarial de 2023 (INPC + 4,10%) que foi de 7,96%, portanto o resultado dos investimentos foi superior à meta atuarial estabelecida. A *“duration”* do plano foi de 7,19 anos no encerramento de 2023.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2023, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R$ 296.816. Esse valor é inferior ao limite de déficit do plano de R$ 896.263, portanto sem a necessidade de equacionamento.   
Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 23 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Quanto ao equacionamento do déficit dos exercícios de 2021 e 2022, este será amortizado em 132 parcelas mensais a partir de abril de 2024.

Os saldos dos déficits estão compostos conforme segue:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2023** | |  | **2022** | |
|  | **Circulante** | **Não Circulante** |  | **Circulante** | **Não Circulante** |
| Déficit 2013/2014 em equacionamento | 548.510 | 411.518 |  | 477.513 | 915.233 |
| Déficit 2021/2022 a equacionar | 211.633 | 2.892.313 |  | - | 2.908.958 |
|  | **760.143** | **3.30.831** |  | **477.513** | **3.824.191** |

1. **Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais**

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018. Quando observado superávit, tal resultado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018.

1. **GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS**

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENSURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte. Com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENSURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento e orçamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas suas estimativas a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R$ 194.697.914.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

1. **SEGUROS**

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

1. **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no exercício de 2023 e 2022 foram:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parte Relacionada** |  | **Contrato** |  | **Valor Contratual** |  | **Valores Recebidos 2023** |  | **Valores Recebidos 2022** |  | **Valores Pagos 2023** |  | **Valores Pagos 2022** |
|  |  |
|  |  |
| EBC - Empresa Brasileira de Comunicação |  | 120.17/2015 |  | 1.750.000 |  | - |  | - |  | 150.608 |  | 115.448 |
| EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos |  | 120.17/17-1 |  | 30.000 |  | - |  | - |  | 8.044 |  | 4.942 |
| **Total** |  |  |  | **1.780.000** |  | **-** |  | **-** |  | **158.652** |  | **120.390** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Administrador / Conselheiro** |  | **Parte Relacionada** |  | **2023** |  |  |
|  | **2022** |
| Roberta Zanenga de Godoy Marchesi |  | Conselheiro Independente |  | 37.665 |  | 31.920 |
| Ricardo Richinitti Hingel |  | Ministério da Economia |  | - |  | 50.386 |
| Ronald Krummenauer |  | Ministério da Economia |  | 15.960 |  | 31.920 |
| Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos |  | Ministério da Economia |  | 19.577 |  | 32.353 |
| Danielle Santos de Souza Calazans |  | Ministério da Economia |  | - |  | 11.176 |
| Maria José Duarte Gonçalves Ramos |  | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos |  | 18.980 |  | - |
| Mariana Moya de Oliveira |  | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos |  | 18.547 |  | - |
| Renato Boareto |  | Conselheiro Independente |  | 18.725 |  | - |
| Elisa de Oliveira Alves |  | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos |  | 18.262 |  | - |
| Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho |  | Ministério das Cidades |  | 11.597 |  | - |

1. **REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Remuneração** |  | **Maior** |  | **Menor** |  | **Média** |
| Administradores |  | 31.408 |  | 22.930 |  | 26.437 |
| Empregados |  | 59.476 |  | 2.222 |  | 10.681 |

Porto Alegre, 15 de Março de 2024.

**FERNANDO STEPHAN MARRONI VANESSA FRAGA DA ROCHA**

Diretor Presidente Diretora de Administração e Finanças

**JAIR BERNARDO CORREA ANA ROBERTA WOLLWNHAUPT NUNES**

Gerência de Orçamento e Finanças Setor de Contabilidade e Patrimônio

Contadora CRC/RS 086.814

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023**

**Aos**

**Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da**

**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**

Porto Alegre/RS

Prezados(as) Senhores(as),

1. **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB,** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

**2. Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**3. Principais Assuntos de Auditoria – PAA´s**

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA’s) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**3.1 Imobilizado**

Conforme nota explicativa n° 14.c, a Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R$ 95.584.173 no ativo imobilizado e de R$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2023 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R$ 3.331.882, referente à depreciação e no valor de R$ 755.226, referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R$ 26.731.400 (R$ 29.308.056 em 2022) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R$ 14.342.981 (R$ 15.098.207 em 2022).

**✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos adotados pela Companhia, através de teste documental, análise das depreciações e as devidas contrapartidas, assim como, o reconhecimento contábil. Devido à relevância, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

**3.2 *Impairment test***

Conforme nota explicativa n° 14.d, a Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 01 de março de 2024, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

O relatório da Embraval Engenharia aponta que com base nas metodologias aplicadas, nas análises, premissas e pesquisas, estimamos que, na data-base de 31 de dezembro de 2023, o Valor Operacional da TRENSURB, adotando o maior valor entre os dois métodos, é de R$ 1.631.387.801,87 valor superior ao valor líquido dos ativos mais intangíveis da Companhia, que é de R$ R$ 1.158.077.011,30, não havendo necessidade de impairment.

**✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos adotados pela Empresa, através de teste documental, análise das premissas utilizadas pela empresa contratada, assim como, o reconhecimento contábil. Devido à relevância, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados pela Embraval Engenharia e pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

**3.3 Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas**

Conforme nota explicativa n° 21, a TRENSURB é parte envolvida em diversos processos de natureza cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. A Empresa possui outras contingências classificadas pelos seus assessores jurídicos como “possíveis perdas”, para ações trabalhistas compõe-se de R$ 18.439.415 e para ações cíveis compõe-se de R$ 51.318.364, para as quais não são constituídas provisões contábeis, sendo tão somente mencionadas em nota explicativas. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito/perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

**✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2023, analise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos “sítios” dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

**3.4 Mídia negativa**

A Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empreiteira, após ter vencido uma licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, a qual informa que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que constatou formação de Cartel.

Na sua defesa, a TRENSURB entende que uma investigação interna de fatos pretéritos tão antigos, não seria ela capaz de obter resultado melhor que CGU, TCU, PF, MPF e LAVA-JATO, tão melhor aparelhados que a TRENSURB para fazê-lo.

Verificamos que na Ata de reunião nº 548 do Conselho de Administração, ocorrida em 22 de julho de 2022, constam relatadas duas adesões de ente lesado pela TRENSURB, ambas em razão de Acordos de Leniência da CGU: um da CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ e o outro do GRUPO ODEBRECHT (ATUAL NOVONOR), ambos aprovados pelo Conselho de Administração para que fossem assinados pela Companhia e que, em tais adesões previa-se recebimento de valores e de informações, dada a sua condição de ente lesado, e que a contrapartida seria tão somente as observâncias pela Empresa, das cláusulas de sigilo e de publicidade.

**✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, solicitação a Governança uma Carta de Representação, conforme previsto no item 35 da CTA-30, confirmando que os responsáveis pela governança, de acordo com o seu conhecimento, estão sendo informados adequadamente sobre tal assunto e que não seria necessária investigação adicional, além dos procedimentos efetuados pelos agentes públicos retromencionados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuado e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

**4. Outros assuntos**

**4.1. Demonstração do Valor Adicionado**

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

**4.2. Relatório da Administração**

A administração da **TRENSURB** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

**4.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido com modificação de opinião.

**5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **TRENSURB** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **TRENSURB** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **TRENSURB** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**6. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **TRENSURB**.
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **TRENSURB** a não mais se manter em continuidade operacional.
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 08 de março de 2024

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CRC/PE 000150/O

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**

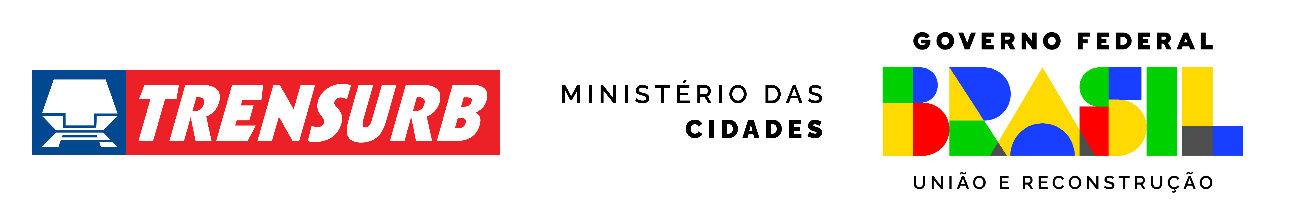
Contador - CRC/PE 010483/O-9

Sócio Sênior – CNAI 1592

**Phillipe de Aquino Pereira Thomaz de Aquino Pereira**

Contador - CRC/PE 028157/O-2 Contador - CRC/PE 021100/O-8

CNAI 4747 CNAI 4850



**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Nº 01/2024**

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 51, inciso II, do Estatuto Social da TRENSURB, considerando: o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, tendo como referência o Relatório da AUDIMEC-Auditores Independentes, emitido em 08 de março de 2024 e o Relatório da Auditoria Interna nº 459/2024 – Demonstrações Contábeis 2023, os quais são adotados, na íntegra, conclui que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31/12/2023, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.



**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REC-0005/2024**

**15/03/2024**

Para: AUDIN, COAUD, CONFIS, CORREG, DIRAF, DIROP, GAPRE, GECIN, GECOM, GEDEN, GEGOV, GEINF, GEJUR, GEMAN, GEOPE, GEORF, GEREH, GESAE, GESIS, GESUP, PRES, SUDEC, SUDEX

Ref.: APROVA O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – exercício 2023

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do inc. VII do art. 35 do Estatuto Social da TRENSURB.

RESOLVE:

Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva constantes nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme processo administrativo SEI nº 0000958.00000437/2023-39, registrado na Ata do CONSAD nº 570, item 1.2, de 15 de março de 2024, com fulcro no atendimento do inc. I do art. 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Anexo:

**Documento assinado eletronicamente por Mariana Moya de Oliveira**

Mariana Moya de Oliveira

Presidente do Conselho de Administração